

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA. - EPP

CNPJ: 10.986.234/0001-03.

RICARDO JOSE NEVES, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 29/05/1954, natural de Belo Horizonte - MG, portador da Cédula de Identidade nº. **M-705.514**, expedida pela SSP/MG e do CPF: **174.682.056-04**, residente e domiciliado à Rua Luther King, nº. 68, apto 101, bairro Cidade Nova, Belo Horizonte, MG, CEP: 31.170-100;

RAFAEL DINIZ SILVA NEVES, brasileiro, empresário, solteiro, nascido aos 18/12/1986, portador da Carteira de Identidade nº. **MG-13.706.285** expedida pela SSP/MG e do CPF: **082.538.686-18**, residente e domiciliado à Rua Luther King, nº. 68, apto 101, bairro Cidade Nova, Belo Horizonte, MG, CEP: 31.170-100.

ÚNICOS sócios componentes da sociedade denominada **TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA. - EPP**, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o Nº. **3120852253-6** em 22/07/2009.

RESOLVEM alterar as seguintes cláusulas do contrato social:

I – DO ENDEREÇO DA SEDE

A partir desta data o endereço da sede passa a ser: **Rua João Samaha, nº 713, bairro São João Batista, CEP: 31.520-100, em Belo Horizonte/MG.**

II – DO OBJETO SOCIAL

A sociedade **passa a ter** o seguinte objeto social:

- Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
- Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico;
- Comércio atacadista de equipamentos de informática;
- Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação;
- Comércio atacadista de suprimentos para informática;
- Comércio atacadista de artigos de uso pessoal e doméstico, exceto armas e munições;
- Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos;
- Comércio atacadista de materiais de construção em geral.



III- DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro – Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições, não alteradas pelo presente instrumento.

Parágrafo Segundo – Os sócios promovem através do presente instrumento a adequação do Contrato Social, as normas elencadas ao Novo Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Terceiro—Os sócios deliberam, através do presente instrumento, promover a Consolidação do Contrato Social da empresa, que passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA. - EPP

CNPJ: 10.986.234/0001-03.

RICARDO JOSE NEVES, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 29/05/1954, natural de Belo Horizonte - MG, portador da Cédula de Identidade nº. **M-705.514**, expedida pela SSP/MG e do CPF: **174.682.056-04**, residente e domiciliado à Rua Luther King, nº. 68, apto 101, bairro Cidade Nova, Belo Horizonte, MG, CEP: 31.170-100;

RAFAEL DINIZ SILVA NEVES, brasileiro, empresário, solteiro, nascido aos 18/12/1986, portador da Carteira de Identidade nº. **MG-13.706.285** expedida pela SSP/MG e do CPF: **082.538.686-18**, residente e domiciliado à Rua Luther King, nº. 68, apto 101, bairro Cidade Nova, Belo Horizonte, MG, CEP: 31.170-100.

ÚNICOS sócios componentes da sociedade denominada **TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA. - EPP**, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o Nº. **3120852253-6** em 22/07/2009.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA NATUREZA E DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade é de natureza EMPRESÁRIA, sob a forma limitada e a denominação social da empresa é **TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA. - EPP**, com o nome fantasia: **TOTAL SUPRIMENTOS**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SEDE

A sociedade está sediada à Rua João Samaha, nº 713, bairro São João Batista, CEP: 31.520-100, em Belo Horizonte/MG.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade é constituída por prazo indeterminado, tendo como data de início de suas atividades 22/07/2009.

CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto social:

- Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
- Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico;



- Comércio atacadista de equipamentos de informática;
- Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação;
- Comércio atacadista de suprimentos para informática;
- Comércio atacadista de artigos de uso pessoal e doméstico, exceto armas e munições;
- Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos;
- Comércio atacadista de materiais de construção em geral.

CLÁUSULA QUINTA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), dividido em 50.000 (Cinquenta Mil) quotas no valor nominal R\$ 1,00 (Um Real) cada, totalmente subscrito e integralizado pelos sócios, em moeda corrente do país, ficando assim distribuído entre os mesmos:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	%
RICARDO JOSE NEVES	49.500	R\$49.500,00	99%
RAFAEL DINIZ SILVA NEVES	500	R\$500,00	1 %
TOTAL	50.000	R\$50.000,00	100%

PARÁGRAFO ÚNICO – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor do capital social, mas todos os sócios respondem solidariamente pela sua integralização. (art. 1.052, CC/2002)

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade competirá ao sócio **RICARDO JOSE NEVES**, sócio administrador, com poderes de assinar isoladamente, representando a sociedade perante as instituições financeiras, bancárias, fornecedores e clientes em geral, autarquias e repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, em todas as relações junto a terceiros, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RETIRADA PRO-LABORE

Os sócios poderão, de comum acordo e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal pelo exercício da gerência, a título de pró-labore. A fixação das retiradas deve guardar proporcionalidade às quotas de cada um dos sócios, bem como e principalmente à situação do resultado mensal de faturamento da empresa.

CLÁUSULA OITAVA – DO EXERCÍCIO E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Nos termos da legislação vigente, o exercício financeiro/contábil coincide com o ano civil, ou seja, do dia 1º de janeiro a 31 de dezembro, sendo que a cada período de doze meses proceder-se-á ao Balanço Geral da Sociedade, cujo Lucro ou Prejuízo verificados serão, por opção dos sócios capitalistas, lançados em conta de reserva ou distribuído entre eles.

CLÁUSULA NONA – DO FALECIMENTO OU INCAPACIDADE DE SÓCIO

Em caso de falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, observada as condições seguintes:

PARÁGRAFO 1º – Ocorrendo o falecimento de um dos sócios, a empresa continuará normalmente em direção dos remanescentes cabendo-lhes a responsabilidade de apurar a conveniência da admissão de um dos herdeiros do falecido, como sócio atuante na empresa, caso contrário, os haveres do falecido apurado em balanço, deverão ser pagos em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, iniciando-se a primeira 60 (sessenta) dias após o seu falecimento, bem como imediata providência da admissão de um terceiro sócio atuante.

PARÁGRAFO 2º – O sócio que por ventura, queira retirar-se da sociedade deverá fazê-lo ao sócio remanescente por carta registrada ou mesmo protocolada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e seus haveres apurados em balanço; lhe serão pagos em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, iniciando-se 60 (sessenta) dias após sua retirada.

PARÁGRAFO 3º – Caso haja divergência entre os sócios na divisão dos bens, direitos e obrigações, estes em comum acordo, nomearão uma pessoa, sempre estranha, para decidir a partilha, em caráter irrevogável, ficando também expressamente proibido a escolha ou indicação de outra pessoa em substituição a primeira, ressalvada a hipótese de recusa do primeiro indicado, impedimento legal ou morte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS FILIAIS

A sociedade não possui filiais, reservando-se, porém, no direito de criá-las a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Nenhum dos sócios poderá transferir ou ceder suas quotas sem a prévia e expressa anuência dos demais sócios, que terão sempre a preferência na sua aquisição a ser manifestada no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação premonitória, sendo que após este prazo as partes ficarão livres para celebrar negócios com terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HABILITAÇÃO LEGAL E FORO

O (Os) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não est(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, por oportuno, elegem o foro da comarca de Belo Horizonte – MG, sem exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para os casos omissos e ações, fundadas sobre o presente contrato. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao Término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

PARÁGRAFO 1º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações sociais e modificações do Contrato Social, serão por reunião de sócios, e de alteração contratual, ficando dispensada de convocação, quando houver comparecimento da totalidade de sócios.

PARÁGRAFO ÚNICO – A sociedade reger-se-á pelo disposto nos artigos 1.052 e 1.087 da lei 10.406/2002 e supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, 27 de Março de 2013.



RICARDO JOSE NEVES

RAFAEL DINIZ SILVA NEVES